

REQUERIMENTO n° _____, de 2023.

Senhor Presidente,

“Solicita ao Executivo informações sobre emenda parlamentar do Deputado Murilo Felix que destinou, em 2022, recursos para investimentos na educação infantil.”

Requeiro à Mesa, após tramitação regimental e ouvido o Plenário, seja oficiado ao Sr. Prefeito Municipal, Tiago Cervantes, solicitando informações sobre os motivos da recusa de emenda parlamentar do então deputado estadual Murilo Felix, que destinara, em 2022, o valor de R\$ R\$ 1.075.000,00 (um milhão e setenta e cinco mil reais) para investimentos na educação infantil do Município.

Recentemente, este Vereador recebeu um pedido do então deputado estadual, Murilo Felix (mandato de 2019/2022) do partido Podemos para saber dos reais motivos que levaram o Município a rejeitar uma emenda parlamentar impositiva com recursos destinados à educação infantil.

É sabido que a Constituição Federal (§9º, do art. 166 da CF) e de nosso Estado de São Paulo (§6º, do art. 175 da CESP) garante aos parlamentares a indicação de percentual financeiro do Orçamento Público do Estado e da União, para investimentos em Municípios, inclusive com reserva de aplicação em políticas de saúde pública e educação.

A emenda parlamentar destinada a Itanhaém levou o número 2023.176.49826 e, pelo que se constata, não foi aplicada pelo Poder Executivo, apesar de recebida. Foi devolvida ao orçamento público estadual, de emendas impositivas de parlamentares, do Governo do Estado de São Paulo.

Diante de tal medida, o ex-deputado enviou expediente ao Chefe do Poder Executivo de Itanhaém solicitando reconsideração para que aceitasse o valor despendido a fim de que o referido montante fosse aplicado em projetos na pasta da educação infantil em nosso Município, atendendo o disposto constitucional.

Diante disso, requeiro as seguintes informações:

1. O Município recebeu a emenda parlamentar impositiva n° 2023.176.49826, no valor de R\$ 1.075.000,00, do então Deputado



Estadual, Murilo Felix (mandato de 2019/2022), do partido Podemos?

2. Se positivo, a emenda parlamentar foi agregada ao Orçamento Municipal de 2022 ou 2023?
3. Ocorreu a utilização do recurso? Se positivo, enviar cópia do plano de trabalho. Se negativo, informar e justificar os motivos da recusa ou da impossibilidade de utilização do valor.

Ressalto que os questionamentos objeto deste requerimento são importantes para que seja possível identificar se, com relação à apontada emenda parlamentar, houve algum entrave burocrático e/ou inviabilização de aplicação do recurso, de sorte a que só possa corrigir o eventual problema e, se o caso, evitar que outros de igual natureza ocorram.

Assim, solicito aos meus pares que votem de modo favorável, vez que esta propositura vem ao encontro daquilo que é necessário a beneficiar a população.

Sala “Dom Idílio José Soares”, 24 de maio de 2023.

RUTINALDO BASTOS
Vereador

